

AUDIÊNCIA PÚBLICA

PEC Nº 01-A

COMISSÃO ESPECIAL (CÂMARA DEPUTADOS)

GORETTI REIS

Deputada Estadual 2ª Secretária AL/SE
Presidente da Secretaria Especial da Saúde UNALE

Setembro/2015



SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Duas décadas e meia de existência, tem sido capaz de estruturar e consolidar um sistema público de saúde de enorme relevância e que apresenta resultados inquestionáveis para a população brasileira.

São inegáveis os avanços do SUS, **mas persistem problemas** a serem enfrentados para consolidá-lo como um sistema público **universal** que possa prestar serviços de qualidade a toda a população brasileira.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Art.55. Até que seja aprovada a lei de diretrizes orçamentárias, trinta por cento, no mínimo, do orçamento da seguridade social, excluído o seguro-desemprego, serão destinados ao setor de saúde.

30% do OSS

PEC 01-A DE 2015

Art. 198 § 2º I -no caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15% (quinze por cento); [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015\)](#)

PROPOSTA de Alteração:Art. 198

- NO CASO DA UNIÃO, A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO RESPECTIVO EXERCÍCIO FINACEIRO, NÃO PODENDO SER INFERIOR A 18,7%.
- Escalonada em 5 exercícios (15%,16%,17%,18% e 18,7%)

PROJETOS SIMILARES SOBRE FINANCIAMENTO SAÚDE

- PLP 321/13 (SUG 89/13) apensado ao PLP 123/12 (Saúde +10) da RCB.
- PEC 358/13 (do orçamento impositivo), teve rejeição de diversos segmentos da sociedade por causar prejuízos na arrecadação saúde.

PEC 358/13 (ORÇAMENTO IMPOSITIVO)

- Até 2018 fixa 15% da RCL
- Corresponde a menos de 8% da RCB
- Com as emendas parlamentares desconta-se de 0,6 a até 1,2% das receitas federais, reduzindo compromisso público com repasse de verbas.

SIMULAÇÃO DE RECURSOS PELA PEC 01-A DE 2015

15% da RCL 2009	18,7% da RCL 2009
R\$ 65.579.913.171,00	R\$ 81.756.291.753,18

16.176.378.582,18

CUSTOS DA SAÚDE

- Os serviços de **saúde** são caros e os gastos crescentes.

OMS: os serviços de saúde representaram:

- 1997 - 8% do PIB mundial ou U\$ 3 trilhões (WHO, 2000)
- 2009 - 9,4% do PIB mundial (WHS, 2012).

Estudo prospectivo dos gastos em Saúde no período de 2002 a 2020

- Países da OCDE: crescerão de 2,7 trilhões (8,5% do PIB) para 10 trilhões (16,0% do PIB); Nos Estados Unidos as projeções são de gastos superiores a 20% do PIB americano em 2020

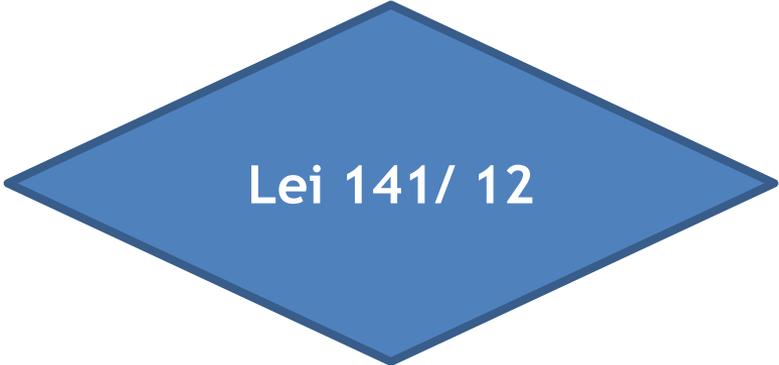
(Pricewaterhouse Coopers Health Institute, 2006).

TENTATIVAS DE REGULAMENTAÇÃO

2000.....2012

EC - 29

- União - Empenhado no ano anterior + variação nominal do PIB
- Estados - 12% da arrecadação de impostos e das transferências constitucionais.
- Municípios - 15% da arrecadação de impostos e dos recursos das transferências constitucionais.



Lei 141/ 12

TENTATIVAS DE REGULAMENTAÇÃO

2000.....2012

LC141/2012

- Regulamenta o § 3º do Art.198 da CF
- Define quais despesas são c ou não são consideradas como ASPS
- Estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências, visando à **progressiva redução das disparidades regionais;**
- Estabelece as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3(três) esferas de governo;

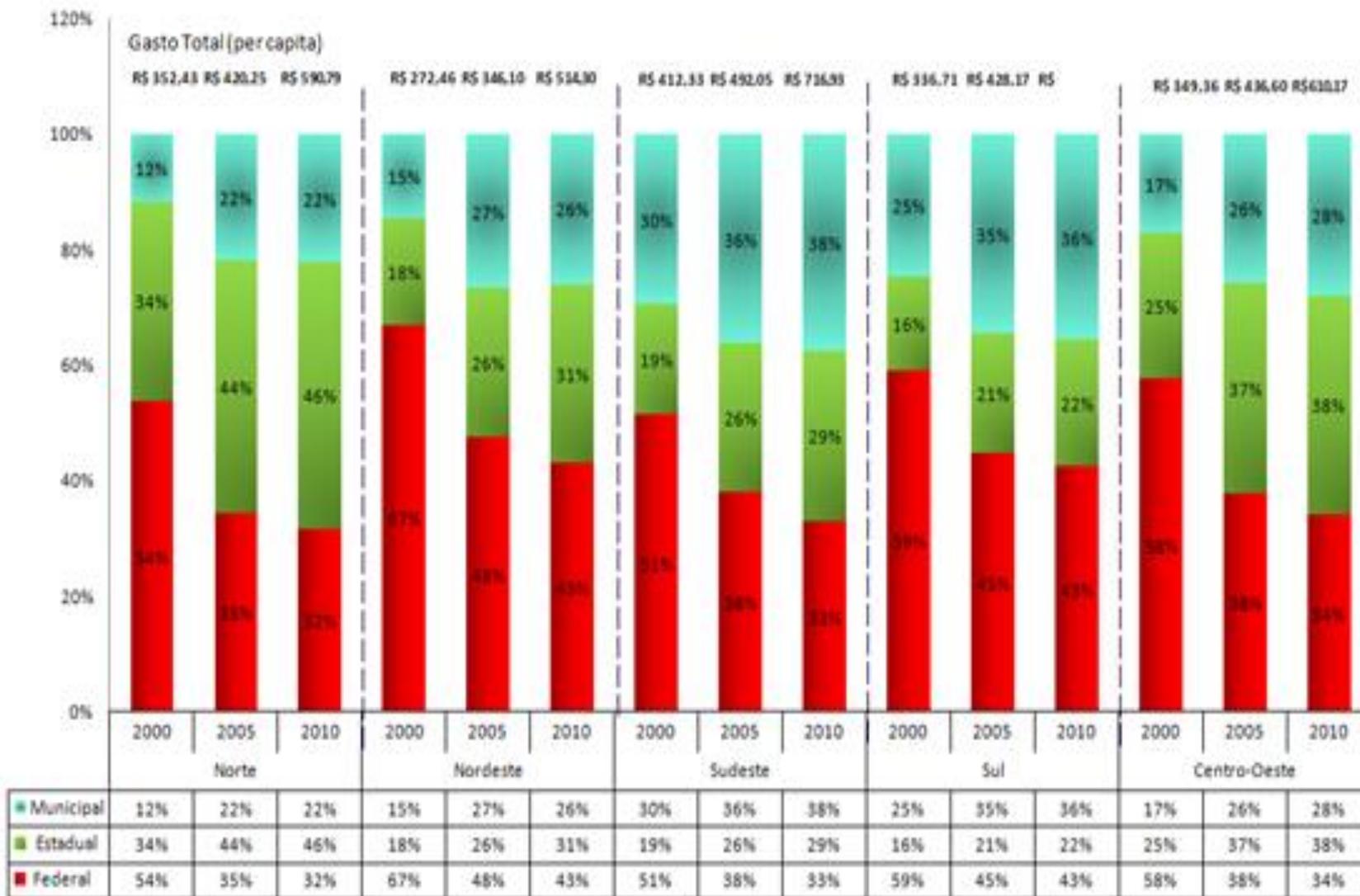
TENTATIVAS DE REGULAMENTAÇÃO

2000.....2012

LC141/2012

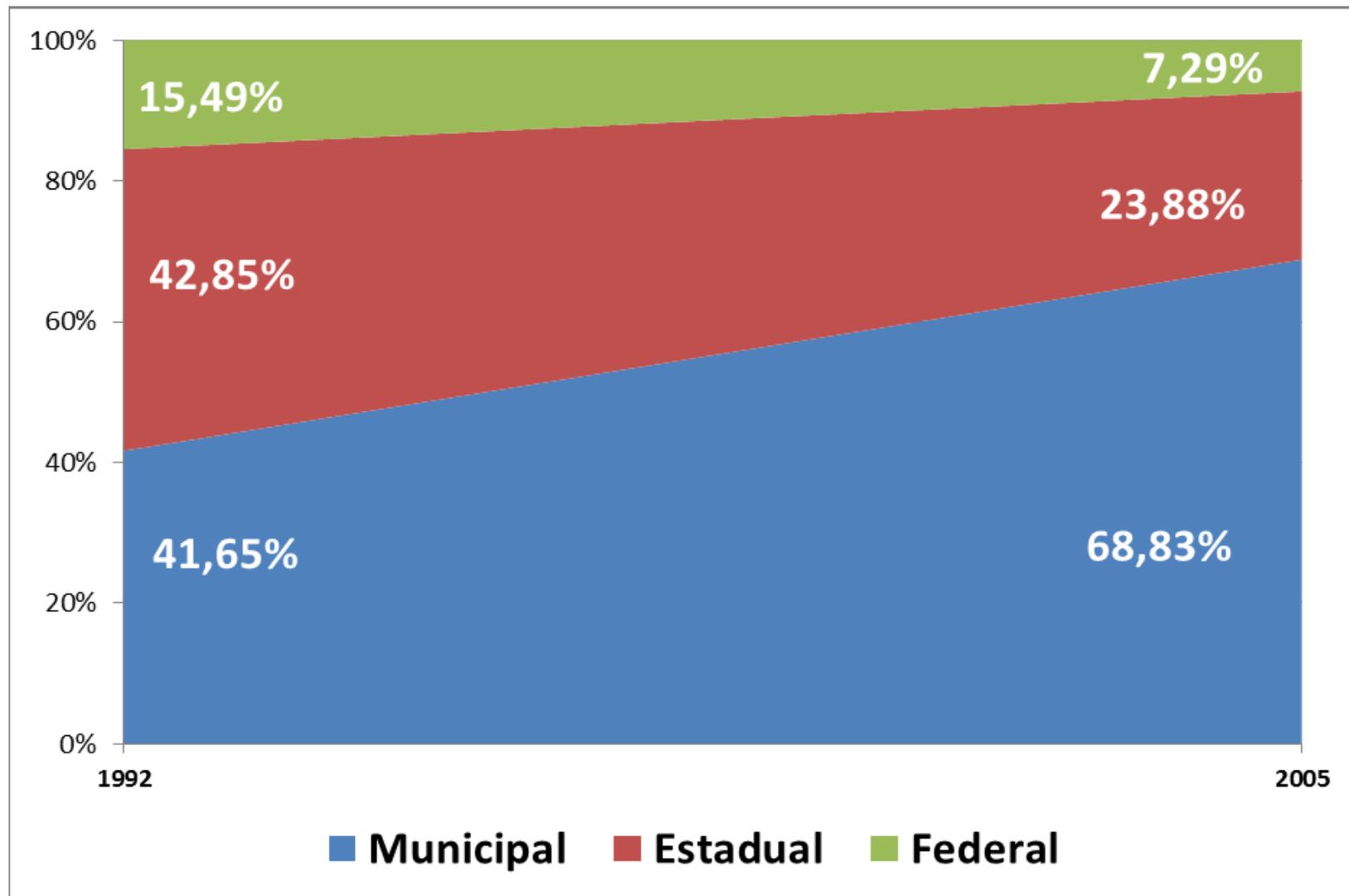
- Estabelece o contingenciamento e a suspensão de transferências constitucionais, além da suspensão de transferências voluntárias, pelo descumprimento da aplicação mínima em ASPS ou pela falta de comprovação da aplicação no SIOPS.
- Estabelece normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal.

Gráfico 5: Participação percentual da União, Estados e Municípios no Gasto Público Total com ASPS, por região, 2000, 2005 e 2010.



Fonte: Produto da Cooperação Técnica Fiocruz / CONASS / Conasems

RH POR ESFERA DE GOVERNO



MÉRITO EC 29 ATÉ ANO 2013

UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS
60% ↓ 43%	262%	254%

SISTEMA PÚBLICO tem aumento real de 150% no seu financiamento

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100	Até o Bimestre (c)	% (c/a) x 100
DESPESAS CORRENTES	104.366.155.277,00	104.366.155.277,00	38.162.722.952,10	36,57	16.596.187.349,22	15,90
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.649.277.274,00	17.649.277.274,00	15.889.644.095,42	90,03	2.724.097.708,96	15,43
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	12.936.000,00	12.936.000,00	5.042.341,52	38,98	2.521.170,76	19,49
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	86.703.942.003,00	86.703.942.003,00	22.268.036.515,16	25,68	13.869.568.469,50	16,00
DESPESAS DE CAPITAL	3.391.048.102,00	4.414.516.784,00	163.317.918,24	3,70	62.248.262,88	1,41
INVESTIMENTOS	3.140.848.102,00	4.093.983.450,00	158.419.855,94	3,87	59.799.231,73	1,46
INVERSÕES FINANCEIRAS	211.000.000,00	281.333.334,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	39.200.000,00	39.200.000,00	4.898.062,30	12,50	2.449.031,15	6,25
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (I)	107.757.203.379,00	108.780.672.061,00	38.326.040.870,34	35,23	16.658.435.612,10	15,31

FONTE: SIOPS PRIMEIRO BIMESTRE DE 2015

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SAÚDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

APLICAÇÕES EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE⁴	DESPESAS EXECUTADAS ATÉ O ÚLTIMO BIMESTRE / 2014	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE/2015	VARIAÇÃO NOMINAL DO PIB %	VALOR MÍNIMO A SER APLICADO	VARIAÇÃO DE APLICAÇÃO %
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE	91.898.530.758,70	15.307.671.170,68	7,05	98.378.775.184,13	-83,34

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100
Atenção Básica	20.131.587.632,00	20.173.749.999,00	4.105.682.558,14	10,71	3.757.491.729,51	22,56
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	46.012.302.512,00	46.333.634.718,00	12.248.634.942,08	31,96	8.260.070.238,23	49,58
Suporte Profilático e Terapêutico	11.327.866.662,00	11.430.679.995,00	3.795.735.238,11	9,90	1.156.263.612,24	6,94
Vigilância Sanitária	378.000.000,00	381.214.417,00	25.069.314,18	0,07	4.226.074,85	0,03
Vigilância Epidemiológica	5.387.383.332,00	5.388.549.998,00	671.227.102,21	1,75	297.063.060,40	1,78
Alimentação e Nutrição	71.050.000,00	73.650.000,00	20.045.000,00	0,05	0,00	0,00
Outras Subfunções	24.449.013.241,00	24.999.192.934,00	17.459.646.715,62	45,56	3.183.320.896,87	19,11
TOTAL	107.757.203.379,00	108.780.672.061,00	38.326.040.870,34	100,00	16.658.435.612,10	100,00

PROBLEMÁTICA NO SUS

- 2008 e 2012, a União deixou de gastar R\$ 20 bilhões com a saúde. (Dados do TCU).
- aumento do uso do SUS à medida que se reduz a renda da família;
- o Brasil já tem uma carga tributária de 37% do PIB, já não sendo mais possível adicionar mais despesas públicas às já existentes, a menos que o país aceite carregar uma carga tributária ainda maior.
- É preciso cancelar gastos em áreas, programas e ações de menor retorno para a sociedade para aumentar o gasto público em saúde.

O MAU DESEMPENHO DO SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA, DEVE-SE A ALGUNS FATORES:

- deficiências de articulação entre os governos federal, estaduais e municipais na gestão do SUS;
- União não atua como deveria para reduzir desequilíbrios na oferta de serviços entre as diferentes regiões;
- Estados perderam capacidade de investimento e coordenação de serviços espalhados pelos municípios e estes muitas vezes não têm recursos para oferecer os serviços demandados pela população;
- a falta de organização e hierarquização do SUS. O sistema deveria ser capaz de encaminhar o paciente do atendimento de menor complexidade ao de maior complexidade;
- criação de um banco de dados único com o histórico médico dos pacientes do SUS;
- e a difusão de uma cultura de monitoramento e avaliação.

Tabela 1 - Gasto das Três Esferas de Governo com Ações e Serviços Públicos de Saúde, 2000 a 2010

Em R\$ bilhões de 2010, deflacionados pela média anual do IPCA

ANO	ESFERA						Total
	Federal (1) : % no total		Estadual(2) : % no total		Municipal(3) : % no total		
2000	38,7	59,8%	12,0	18,6%	14,0	21,7%	64,8
2001	40,0	56,1%	14,7	20,7%	16,6	23,2%	71,3
2002	40,6	52,8%	16,6	21,5%	19,8	25,7%	77,0
2003	38,9	51,1%	17,5	23,0%	19,7	25,9%	76,2
2004	43,9	50,2%	21,5	24,6%	22,1	25,2%	87,5
2005	46,7	49,7%	21,7	23,1%	25,5	27,2%	93,9
2006	49,2	48,4%	23,9	23,5%	28,5	28,0%	101,5
2007	51,6	47,5%	26,3	24,2%	30,8	28,3%	108,6
2008	53,6	44,7%	30,8	25,7%	35,6	29,6%	119,9
2009	61,2	46,9%	33,0	25,3%	36,3	27,8%	130,5
2010	62,0	45,1%	36,3	26,4%	39,2	28,5%	137,5

Fonte: Secretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde. (SPO/MS) (Esfera Federal), RIPSA e SIOPS (Esferas Estadual e Municipal). Elaboração: Disoc/lpea até o ano de 2008.

EVOLUÇÃO DO GASTO PÚBLICO COM ASPS NO BRASIL - 2002 - 2014

Ano	Gasto Federal			Gasto Estadual			Gasto Municipal			Total	
	(Em R\$ milhão)	Percapita (R\$)	% de aplicação	(Em R\$ milhão)	Percapita (R\$)	% de aplicação	(Em R\$ milhão)	Percapita (R\$)	% de aplicação	(Em R\$ milhão)	Percapita (R\$)
2002	24.736.843	141,65	52,05	10.757.458	61,60	22,64	12.029.688	68,89	25,31	47.523.988	272,14
2003	27.181.155	153,68	50,09	13.317.828	75,30	24,54	13.765.417	77,83	25,37	54.264.400	306,80
2004	32.703.495	180,10	49,26	17.272.899	95,13	26,02	16.409.723	90,37	24,72	66.386.118	365,60
2005	37.145.779	201,68	48,18	19.664.416	106,76	25,51	20.287.287	110,15	26,31	77.097.482	418,59
2006	40.750.155	218,18	46,68	22.978.253	123,03	26,32	23.568.595	126,19	27,00	87.297.003	467,40
2007	44.303.496	240,76	45,82	25.969.634	141,13	26,86	26.426.564	143,61	27,33	96.699.694	525,50
2008	48.670.190	256,68	43,41	30.976.460	163,37	27,63	32.471.345	171,25	28,96	112.117.995	591,30
2009	58.270.259	304,27	46,59	32.258.750	168,45	25,79	34.542.847	180,37	27,62	125.071.856	653,09
2010	61.965.198	324,88	44,73	37.264.003	195,37	26,90	39.290.644	206,00	28,36	138.519.845	726,25
2011	72.332.284	375,99	45,26	41.487.250	215,65	25,96	46.005.793	239,14	28,79	159.825.328	830,78
2012	80.063.148	412,75	45,25	44.819.206	231,05	25,33	52.041.503	268,29	29,41	176.923.856	912,09
2013	83.053.256	413,07	42,54	52.253.027	259,88	26,76	59.945.444	298,14	30,70	195.251.726	971,10
2014	92.243.191	454,85	42,52	57.333.066	282,71	26,43	67.379.099	332,24	31,06	216.955.355	1.069,80

Fonte: População Residente - Estimativas para o TCU; IBGE; Dados federais: Relatório enviado pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) /SE/MS a Cofin/CNS; Dados estaduais e municipais: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops)/MS.

O **percapita público** no ano de 2014 foi de **R\$ 1.069,80**.

O percapita total de 2002 a 2014 variou 293,11%,

sendo que o **federal 221,11%** e os **estados e municípios juntos variaram 371,28%**

- Os Estados alocaram em ASPS, no ano de 2014 R\$ 57,33 bilhões. Com uma média de aplicação de 13,47%, portanto acima dos 12% definidos na EC 29/00. R\$ 6,2 bilhões é o valor que os estados gastaram a mais do que o previsto de recursos na saúde em 2014 e que nos últimos 5 anos totalizam R\$ 18,57 bilhões

% de Recursos Próprios em Saúde - EC 29 por UF

UF	2014
Rondônia	13,52
Acre	17,32
Amazonas	22,21
Roraima	12,23
Pará	12,97
Amapá	13,39
Tocantins	21,47
Maranhão	13,62
Piauí	13,39
Ceará	15,76
Rio Grande do Norte	13,88
Paraíba	13,69
Pernambuco	16,58
Alagoas	12,06
Sergipe	12,72
Bahia	12,94
Minas Gerais	12,15
Espírito Santo	18,84
Rio de Janeiro	12,06
São Paulo	12,46
Paraná	12,29
Santa Catarina	12,37
Rio Grande do Sul	12,72
Mato Grosso do Sul	12,11
Mato Grosso	12,60
Goiás	12,70
Distrito Federal	18,36
Total	13,47

Fonte: SIOPS - Acessado em 28/08/2015 - <http://siops-asp.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?SIOPS/SerHist/ESTADO/indicuf.def>

% de Recursos Próprios em Saúde - EC 29 por UF

UF	2014
Rondônia	13,52
Acre	17,32
Amazonas	22,21
Roraima	12,23
Pará	12,97
Amapá	13,39
Tocantins	21,47
Maranhão	13,62
Piauí	13,39
Ceará	15,76
Rio Grande do Norte	13,88
Paraíba	13,69
Pernambuco	16,58
Alagoas	12,06
Sergipe	12,72
Bahia	12,94
Minas Gerais	12,15
Espírito Santo	18,84
Rio de Janeiro	12,06
São Paulo	12,46
Paraná	12,29
Santa Catarina	12,37
Rio Grande do Sul	12,72
Mato Grosso do Sul	12,11
Mato Grosso	12,60
Goiás	12,70
Distrito Federal	18,36
Total	13,47

Fonte: SIOPS - Acessado em 28/08/2015 - <http://siops-asp.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?SIOPS/SerHist/ESTADO/indicuf.def>

- Os Estados alocaram em ASPS, no ano de 2014 **R\$ 57,33 bilhões**.
- Com uma média de aplicação de 13,47%, portanto acima dos 12% definidos na EC 29/00.
- **R\$ 6,2 bilhões** é o valor que os estados gastaram a mais do que o previsto de recursos na saúde em 2014 e que nos **últimos 5 anos** totalizam **R\$ 18,57 bilhões**

O EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE BRUTA E RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ANO	Receita Corrente Bruta - RCB (1)	Receita Corrente Líquida RCL (2)
2000	252.518,50	145.110,65
2001	289.410,92	167.739,10
2002	343.074,99	201.927,32
2003	384.447,01	224.920,16
2004	450.589,98	264.353,00
2005	527.324,58	303.015,78
2006	584.067,47	344.731,43
2007	658.884,42	386.681,86
2008	754.735,52	428.563,29
2009	775.406,76	437.199,42
2010	890.137,03	499.866,61
2011	1.029.613,47	558.706,39
2012	1.134.717,33	616.933,35
2013	1.219.645,81	656.094,22
2014	1.243.280,13	641.578,20
Variação % de 2000 a 2014	392,35	342,13

FINANCIAMENTO

Aos 21 anos o Sistema Único de Saúde (SUS) vive um 'paradoxo'. É gratuito e aberto a todos mas tem menos dinheiro do que a iniciativa privada gasta para atender menos gente. Em nenhum outro país é assim, segundo a OMS. Despesa estatal brasileira é um terço menor do que a média mundial. Para especialistas, SUS exige mais verba. 'Orçamento precisa dobrar', diz Adib Jatene.

MAIS DE 90% DOS BRASILEIROS ESTÃO INSATISFEITOS COM SAÚDE PÚBLICA E PRIVADA

- Os serviços públicos e privados de saúde no Brasil são considerados regulares, ruins ou péssimos por 93% da população. É o que indica pesquisa do Instituto Datafolha feita a pedido do Conselho Federal de Medicina (CFM) e da Associação Paulista de Medicina (APM). O levantamento mostra que os principais problemas enfrentados pelo setor incluem filas de espera, acesso aos serviços públicos e gestão de recursos. De acordo com o estudo, a saúde é apontada como a área de maior importância para 87% dos brasileiros. Para 57%, o tema que deve ser tratado como prioridade pelo governo federal.



A pesquisa foi feita entre os dias 3 e 10 de junho de 2014 e ouviu 2.418 pessoas.

MUITO OBRIGADA...

DEPUTADA ESTADUAL GORETTI REIS
Enfermeira Mestre em Ciências da Saúde
Especialista em Saúde Pública, Administração
Hospitalar, Gestão Pública e Enfermagem Forense.

Assembleia Legislativa de Sergipe
e-mail: dep.gorettireis.al.se.gov.br
Tel. (79) 32166626